

**PLANILHA DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR  
17 DE FEVEREIRO DE 2017**

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente uma Planilha de Projetos Legislativos de interesse deste Conselho.

	<b>Identificação</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Síntese</b>	<b>Última Ação</b>	<b>Casa Atual</b>
1	PLS 00550/2011 SF	Sen. Walter Pinheiro - PT/BA	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R\$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE.	Data: 27/02/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador José Pimentel, contrário ao Projeto. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



				Assunto: Educação - Social		
2	PLS 00368/2012 SF	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os	Data: 20/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Devolvida a matéria pelo Senador Roberto Rocha sem relatório, a matéria aguarda nova designação de relatoria. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetro		
3	PLS 00066/2014 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos. Redefine a limitação por meio de nova redação ao inciso III do art. 4º passando da redação dada pela Lei 10.932, de 2004, segundo a qual "III - ao longo das águas	Data: 13/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria não apreciada devido ao cancelamento da 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para 13/12/2016. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



				correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;" para: "III - serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a		
4	PLS 00037/2011 SF	Marcelo Crivella	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil	Data: 28/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Em reunião realizada nesta data, a matéria é retirada de pauta a pedido do relator, Senador Elmano Férrer. Ao Gabinete do Relator, Senador Elmano Férrer, para reanálise. Situação: <b>MATÉRIA COM A RELATORIA</b>	Senado Federal



5	PLS 00252/2014 SF	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	habitantes.  Determina que a adoção de práticas de construção sustentável será observada como diretriz na execução da política urbana e no tocante às edificações de propriedade da União, compreendendo a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reutilização de água.	Data: 15/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica e Regimental da SGM para juntada de documentos.; Data: 15/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado original de manifestação do Ofício nº PR-164/2016, do Instituto dos Advogados Brasileiros. (fls. 70-83).	Senado Federal
6	PEC 00013/2014 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP e outros	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Data: 24/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Ronaldo Caiado. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
7	PEC 00014/2015 SF	José Sarney	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da	Data: 02/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador José Agripino. Situação: MATÉRIA	Senado Federal



			públicos.	engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	COM A RELATORIA	
8	PLS 00118/2012 SF	Sen. Lúcia Vânia - PSDB /GO	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	Altera a Lei 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", no art. 40 para que o edital licitatório indique, obrigatoriamente, no caso de obras e de serviços de engenharia, a definição das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, aptas a permitir que se afirmem objetivamente os respectivos andamentos, constituindo obrigação contratual o seu fornecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e a definição da periodicidade, nunca superior a 1 (um) ano, em que deverão ser prestadas pelo contratado estas informações; define como cláusulas necessárias em		
9	PLS 00056/2012 SF	Sen. Pedro Taques - PDT /MT	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria retirada de pauta para redistribuição, em virtude de o Senador Alvaro Dias deixar de compor esta Comissão em 9/2/2017. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				(art. 1º e 2º); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3º); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa modalidade deverá conter, define a empreitada por preço		
10	PLS 00236/2012 SF	Sen. Pedro Taques - PDT /MT	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo dividido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao	Data: 15/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da Reforma do Código Penal Brasileiro o Senador Antonio Anastasia (art. 374, II, do Regimento Interno do Senado Federal). Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal





				70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidad		
11	PEC 00071/2013 SF	Sen. Ricardo Ferraço – PMDB/ES e outros	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas	Data: 14/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do dia. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO;	Senado Federal



				localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	Data: 14/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Tendo em vista o disposto no art. 242 do Regimento Interno, a Presidência declara prejudicado o requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador Delcídio do Amaral. Em decorrência, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	
12	PLS 00443/2013 SF	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB /PB	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, equivalente a pelo menos uma árvore por unidade habitacional.	Data: 13/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria não apreciada devido ao cancelamento da 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para 13/12/2016. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
13	PLS 00189/2015 SF	Sen. Randolfe Rodrigues - REDE /AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta	Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR;	Senado Federal



				relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.; Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Na 57ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constiuir o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO	
14	PEC 00053/2007 SF	Jofran Frejat e outros.	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
15	PEC 00056/2009 SF	Marcelo Crivella e outros.	Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e	Estabelece competência à União de autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscidos, nos termos do inciso VII do art. 20	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO	Senado Federal



			cessionários.	da Constituição Federal, aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, mediante pagamento de valor equivalente à parcela do domínio detida pelo Poder Público, nos termos da lei.	RELATOR	
16	PLS 00099/2013 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Altera a Lei nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que, uma vez iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	Data: 30/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 16h39min. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
17	PLS 00396/2014 SF	Sen. Wilder Morais - DEM /GO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal,	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, para dispor que o plano diretor deverá conter a	Data: 08/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de requerimento do Senador José	Senado Federal



			estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.	delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.	Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	
18	PLS 00208/2015 SF	Marcelo Crivella	Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos.	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamento e Parcelamento do Solo) e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos, estabelecendo que em um imóvel pode haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente. As servidões de direito público passam a integrar o domínio do Município desde o registro do loteamento.	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido pela Senadora Ana Amélia para redistribuição, por ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017 Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
19	PLS 00667/2015	Sen. Reguffe - S/Partido /DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o	Data: 09/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria	Senado Federal



	SF		de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.	Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	
20	PLS 00304/2015 SF	Sen. Davi Alcolumbre - DEM /AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de "Terraço Verde" nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	Data: 09/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Processado físico encaminhado ao gabinete da relatora, Senadora LÍDICE DA MATA, em atendimento à solicitação. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
21	PLS	Sen. Cássio	Altera as Leis nº 11.445, de 5	Altera os arts. 3º, 5º, 19	Data: 10/11/2016 Casa: Senado	Senado



	00051/2015 SF	Cunha Lima - PSDB /PB	de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.	e 45, e acrescenta o art. 45-A à Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico), e altera o art. 40 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para regular o abastecimento de água por fontes alternativas, tais como água de reúso e água de chuva, determinando sua inclusão em plano diretor e plano de saneamento básico, bem como excepcionando a exclusividade no abastecimento de água pela rede pública.	Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Federal
22	PLS 00217/2014 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /RR	Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão "Minha Casa Melhor".	Inclui os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão "Minha Casa Melhor".	Data: 11/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Devolvido pelo relator, senador Elmano Férrer, com relatório pela aprovação do projeto (fls. 10-12). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



23	PLS 00745/2015 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade); nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental.	Altera as Leis nº 10.257/01, Estatuto da Cidade; nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977/09, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427/96, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438/02, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental. Qualifica como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária	Data: 05/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de Requerimento do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 65 de 2014; 396 de 2014; 15 de 2015; 51 de 2015; 667 de 2015; 745 de 2015 e 58 de 2016; com os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nºs 56 de 2014; 109 de 2014; 16 de 2016; e 17 de 2016; por versarem sobre matérias correlatas. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO; Data: 05/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Recebido OF.SF 1125/2016, da Presidência do Senado Federal solicitando a remessa da matéria em atendimento ao art. 266 do RISF. À SLSF.	Senado Federal
----	-------------------------	--------------------------------	---	---	--	----------------





				aprovado.		
24	PLS 00753/2015 SF	Sen. Lídice Da Mata - PSB /BA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.	Altera a Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
25	PLS 00049/2014 SF	Inácio Arruda e Outros	Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.	Altera a Lei nº 11.904/09 – que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências – para estabelecer que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus é gratuito aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual,	Data: 04/08/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Distribuído ao Senador Antônio Carlos Valadares, para emitir Relatório. Autos do processado na Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 6º, caput, da Instrução Normativa da SGM nº 4, de 2015. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				música, design e moda.		
26	PDS 00151/2014 SF	José Sarney e outros	Susta, por exorbitar do poder regulamentar, o art. 1º, item 16, da Resolução 417/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei 5.194/1966.		Data: 19/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senado Federal
27	PLS 00193/2013 SF	Sen. Pedro Taques - PDT /MT	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Altera a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, para determinar que também subordinam-se ao regime desta Lei a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
28	PLS 00401/2013 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e	Data: 02/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido, às 10h35min, o Relatório reformulado pelo Senador Antonio Anastasia, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.	Senado Federal



			Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.	dá outras providências – para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.	Matéria incluída na Pauta da Comissão. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	
29	PLS 00121/2014 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Institui normas gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.	Estabelece diretrizes gerais de segurança contra incêndio e pânico, visando à proteção da vida e à redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio. As referidas normas de segurança se aplicam às edificações, às atividades e às áreas de risco, urbanas e rurais, localizadas no território nacional, bem como às construções, às reformas, às ampliações ou às mudanças de atividade ou ocupação de imóveis. Dispõe sobre: a) a classificação	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				das edificações e áreas de risco e das medidas de segurança; b) as exigências e a fiscalização; c) as responsabilidades; d) as penalidades e sua aplicação; e e) os locais de reunião de público. Estabelece que a lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.		
30	PDS 00085/2015 SF	Dep. Nelson Marquezelli - PTB /SP	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.		Data: 25/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos A presidenta da Comissão, senadora Gleisi Hoffmann, designa o senador Paulo Rocha relator da matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados
31	PLS	Sen. Raimundo	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de	Altera a Lei nº 11.445/07,	Data: 18/05/2016 Casa: Senado	Senado



	00087/2016 SF	Lira - PMDB /PB	janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para priorizar o atendimento a estabelecimentos de ensino e de saúde no planejamento e na implantação dos serviços e ações de saneamento básico.	que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal .	Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 18/05/2016, o Senador Randolfe Rodrigues é designado relator da matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Federal
32	PLS 00011/2015 SF	Sen. José Medeiros - PPS /MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Data: 29/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos A relatora, senadora Marta Suplicy, apresentou relatório pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CDH (fls. 12-15). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



33	PLS 00013/2015 SF	Sen. Humberto Costa - PT /PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reuso de água.	Data: 20/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 779, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, de tramitação conjunta dos PLS nºs 13, 51 e 108, de 2015. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 20/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à publicação o Requerimento nº 779, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 13, 51 e 108, de 2015. (Já tramitam em conjunto o PLS 13/2015 e PLS 112/2013) O Requerimento nº 779, de 2016, será incluído em Ordem do Dia oportunamente. ( Encontram-se pendentes de deliberação os Requerimentos nºs 421 e 441, de 2016, dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira, respectivamente, que solicitam a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 51, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016.) Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senado Federal
34	PLS 00015/2015	Sen. Ivo Cassol - PP /RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa	Data: 08/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de	Senado Federal



	SF		sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.	Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	Assuntos Econômicos O presidente da Comissão, senador Delcídio do Amaral, designa o senador Wilder Moraes relator da matéria. Ao relator. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	
35	PLS 00531/2015 SF	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB /PB	Disciplina a profissão de Agroecólogo.	Regulamenta a profissão de Agroecólogo.	Data: 18/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 300, de 2016, do Senador Humberto Costa, que solicita audiência da CMA. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 18/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à publicação o Requerimento nº 300, de 2016, do Senador	Senado Federal



					Humberto Costa, solicitando que a presente matéria seja encaminhada ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	
36	PLS 00654/2015 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /PE	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.	Data: 11/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal A matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia, em virtude da aprovação de requerimento de urgência. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO; Data: 11/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica juntado original de manifestação do Ofício nº 4754/2016-GPGJ-SP, da Procuradoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo e cópia do Cartão resposta emitido pelo senhor Luiz Fernando Bandeira de Mello, Secretário-Geral da Mesa. (fls158/229).; Data: 11/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica.	Senado Federal
37	PLS	Sen. Paulo Bauer	Altera a Lei nº 10.257, de 10	Altera a Lei nº	Data: 01/03/2016 Casa: Senado	Senado





00065/2014 SF	- PSDB /SC	de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	10.257/2001 – Estatuto da cidade – para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos. Institui a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres. Define consórcio imobiliário e estabelece que deverão ser adquiridos pelo fundo específico todos os direitos reais ou possessórios incidentes sobre os imóveis, públicos e privados, localizados na área de abrangência do plano. Dispõe que o fundo específico atuará por delegação do Poder Público municipal e será gerido por instituição administradora selecionada mediante	Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 01/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Em reunião realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do senador Wilder Moraes, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Anexada, à fl. 15, cópia do relatório de registro de presença. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO	Federal
------------------	------------	---	--	---	---------



				licitação. Estabelece que o fundo específico reger-se-á subsidiariamente pela Lei nº 8.668/1993. Define que o Poder Público poderá, independentemente d		
38	PLS 00344/2014 SF	Sen. Kaká Andrade - PDT /SE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.	Altera a Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.	Data: 13/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria não apreciada devido ao cancelamento da 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para 13/12/2016. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
39	PLS 00398/2014 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.	Determina que os processos de outorga de pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para emitir opinião quanto aos aspectos atinentes à segurança nacional.	Data: 07/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Reunida a Comissão nesta data, a matéria é retirada de pauta para reexame. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
40	PLS		Dispõe sobre as áreas	Dispõe sobre as áreas	Data: 10/03/2015 Casa: Senado	Senado



00123/2012 SF	Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática	consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências.	consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências; institui a figura jurídica da Área Rural Consolidada, definida como área de imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris; estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei; dispõe que durante o processo de regularização ambiental, o proprietário ou possuidor não poderá	Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Federal
------------------	---	---	---	---	---------



				ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação		
41	PLS 00408/2012 SF	Rodrigo Rollemberg	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Altera a redação do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências), para aumentar, de 15 (quinze) para 30 (trinta) metros, a faixa não edificável dos loteamentos ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Data: 13/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria não apreciada devido ao cancelamento da 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para 13/12/2016. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
42	PLS 00382/2011 SF	Sen. Vital do Rego - PMDB /PB	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida; estabelece que os shopping centers terão obrigatoriamente em sua	Data: 03/08/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Na 73ª Reunião, realizada nesta data, o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, designa a Senadora Regina Sousa relatora "ad hoc", para leitura do Relatório. Lido o Relatório, adiadas a discussão e a votação.	Senado Federal



				área de lazer, além de brinquedos comuns, outros adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.	Situacao: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	
43	PEC 00050/2015 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /RR	Altera o art. 20 da Constituição Federal, para possibilitar a alienação da propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos, e acrescenta ao texto constitucional o art. 168-A para dispor sobre a destinação dos recursos resultantes da alienação.	Altera a Constituição para dispor que a propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos pode ser alienada, na forma que especifica, e que o produto da alienação será destinado ao pagamento de investimentos, de ações estratégicas e despesas inscritas em restos a pagar, vedado, em qualquer caso, o pagamento de despesas de custeio, sem prejuízo da utilização de outras fontes de recursos.	Data: 17/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Roberto Rocha, para reexame do Relatório. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
44	PEC 00065/2012 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a	Data: 01/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de	Senado Federal



				concessão da licença ambiental; dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato superveniente.	26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.) Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA	
45	PLS 00447/2012 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Acrescenta § 2º, renomeando o atual parágrafo único como § 1º, ao art. 8º da Lei 8.666/93 (regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), para vedar, após o início da execução de obra, a suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	Data: 08/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria incluída na Pauta da Comissão. Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal



46	PLS 00324/2015 SF	Sen. Donizeti Nogueira - PT /TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
47	PLS 00024/2015 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União.	Dispõe sobre a exigência de sistemas de uso de águas pluviais e reuso de águas residuais, em edificações públicas ou privadas a serem executadas com recursos da União. Tipifica entre os crimes contra a administração ambiental a omissão do agente público federal em impor essa obrigação.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
48	PLS 00058/2016	Sen. Jorge Viana - PT /AC	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e	Disciplina o abastecimento de água	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria	Senado Federal



	SF		altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	
49	PLS 00191/2013 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.	Dispõe que os projetos de novas edificações de propriedade da União deverão prever a instalação de sistemas de aproveitamento de águas de chuva a serem	Data: 08/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria devolvida pelo Relator, Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, com relatório favorável ao projeto: com a emenda apresentada pela CI;	Senado Federal





				<p>consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos, da forma que define. Estabelece que os requisitos para o aproveitamento de água de chuva de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis são fornecidos pela NBR 15.527 (ABNT, 2007). Dispõe que todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos. Estabelece que as disposições da Lei não se aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, fi</p>	<p>com as três emendas que apresenta; e com a prejudicialidade da emenda apresentada pelo Senador Roberto Rocha. Anexado o relatório apresentado às fls. 22 a 24. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO; Data: 08/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Devolvido ao relator, Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, para reexame. Juntado o relatório às fls. 19 a 21. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA</p>	
--	--	--	--	---	---	--



50	PLS 00268/2016 SF	Sen. Telmário Mota - PDT /RR	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.	Exige prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras, que deverá observar o limite mínimo de 25% do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente.	Data: 13/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
51	PEC 00153/2015 SF	Sen. Raimundo Lira - PMDB /PB	Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que para efetivar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover práticas e adotar critérios de sustentabilidade, em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho, bem como na aquisição de bens e contratação de serviços e obras.	Data: 01/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.) Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA	Senado Federal
52	PLS 00465/2012	Sen. Valdir Raupp - PMDB /RO	Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts.	Modifica a Lei nº 9.610/98, que altera,	Data: 01/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de	Senado Federal



	SF		52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais.	atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para revisar diversos aspectos da Lei de Direitos Autorais; estabelece que os serviços de registro deverão divulgar, a pedido de qualquer interessado e mesmo sem prova de legítimo interesse, os nomes dos titulares de direitos da obra registrada, bem como o prazo de vigência da proteção conferida a tais direitos; dispõe que o autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o preço praticado em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais; define que a obra intelectual realizada por empregado ou comissário poderá ser	Educação, Cultura e Esporte Na 41ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, atendendo a pedido. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	
--	----	--	--	---	---	--



				utilizada pelo empregador ou comitente, em caráter temporário ou permanente, sem ônus, sempr		
53	PLS 00274/2016 SF	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB /PB	Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade segurado setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências.	Regulamenta a obrigatoriedade de contratação de seguro garantia pelo tomador em favor da Administração Pública, em contratos públicos com valor global igual ou superior a dez milhões de reais, cobrindo a totalidade do valor do contrato, estabelecendo critérios objetivos para orientar a atuação dos administradores públicos perante os tomadores e as seguradoras, de modo a limitar a possibilidade de corrupção e de manipulação de preços.	Data: 14/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
54	PLS 00279/2016	Sen. Romário - PSB /RJ	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei		Data: 05/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDH - Comissão de	Senado Federal



	SF		Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.		Direitos Humanos e Legislação Participativa O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador Cristovam Buarque relator da matéria. O processado da matéria legislativa permanecerá na Secretaria da Comissão durante o transcurso de sua tramitação, conforme art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 4 de 2015. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	
55	PLS 00269/2016 SF	Sen. Hélio José - PMDB /DF	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida	Data: 14/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



			realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia somente terão início de execução diante de garantia dada pela Administração da disponibilidade dos recursos financeiros necessários, vinculados ao projeto até a sua conclusão; e para determinar ser obrigatória, no caso de obra e/ou serviço de engenharia, a aferição objetiva do cumprimento do objeto contratado, por meio de empresa especializada e independente.	licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia somente terão início de execuç		
56	PLS 00087/2010 SF	Sen. Hélio José - PMDB /DF	Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.	Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados; define o que é serviço terceirizado; discrimina quais são os requisitos exigidos para o contrato	Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à assessoria a pedido.; Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado ao PLC nº 30, de 2015,	Senado Federal



				<p>de terceirização, além dos exigidos pela lei civil, bem como os documentos que devem ser apresentados pela contratada; aduz quais são os direitos, deveres e responsabilizações das partes no contrato de terceirização; define que o recolhimento das contribuições previdenciárias no regime de terceirização regulado por esta Lei observará o disposto no art. 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 e que o descumprimento do disposto nesta Lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de multa administrativa de R\$200,00 (duzentos reais) por empregado prejudicado; esta lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da data de sua publicação</p>	<p>volume II, original de manifestação do Documento s/nº, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, e cópia da carta resposta encaminhada pelo Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello. (fls. 569/570).</p>	
--	--	--	--	---	---	--



57	PLS 00167/2015 SF	Sen. Roberto Requião - PMDB /PR	Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.	Regulamenta o disposto no art. 173, § 1º, III, da Constituição Federal, estabelecendo estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica, dispondo sobre a licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações.	Data: 17/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Em 17/6/2015, o relator, Senador Tasso Jereissati, apresenta relatório reformulado, favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta (fls. 144-220). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
58	PLS 00222/2015 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Data: 30/04/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria distribuída ao Senador Jader Barbalho, para relatar. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
59	PLS 00317/2015 SF	Sen. Dário Berger - PMDB /SC	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para	Torna obrigatória a instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas	Data: 01/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Lindbergh Farias. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal





			a utilização em atividades que não necessitem de água potável.	pluviais na construção e reforma de prédios públicos.		
60	PLS 00629/2015 SF	Sen. Cristovam Buarque - PPS /DF	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto d 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, para incluir obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Inclui obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Data: 09/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Walter Pinheiro deixar de compor esta Comissão para assumir o cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
61	PLS 00011/2014 SF	Sen. Flexa Ribeiro - PSDB /PA	Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar o uso de tabelas de referência na fixação dos custos unitários máximos nos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pela Administração Pública.	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para dispor sobre os custos unitários das obras e serviços de engenharia contratados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou com recursos dos Orçamentos da União. Altera o mesmo diploma legislativo para estabelecer que, para os fins da lei, o Projeto	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				Básico deverá conter a anotação de responsabilidade técnica pelo orçamento detalhado, o qual deverá ser compatível com os custos do sistema de referência, na forma da lei.		
62	PLS 00091/2014 SF	Sen. Alvaro Dias - PV /PR	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que nenhuma licitação pode ser iniciada sem que os respectivos projetos básico e executivo estejam plenamente atendidos em todos os seus requisitos e atestados por parecer jurídico do órgão responsável pelo processo licitatório que comprove tal	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				regularidade; estabelece que o não cumprimento da regra acima referida sujeita o dirigente do órgão responsável pelo processo licitatório a responder pelo crime de responsabilidade.		
63	PLS 00377/2014 SF	Sen. Vanessa Graziotin - PCdoB /AM	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, entre outras providências, para exigir, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, a explicitação de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual.	Acrescenta alínea ao inciso I do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC), para exigir a inclusão, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual, em que sejam detalhados os riscos inerentes à consecução do objeto licitado, bem como a repartição prévia das responsabilidades e dos ônus cabíveis a cada uma das partes.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
64	PLS	Sen. Cássio	Altera o art. 7º da Lei nº 8.666,	Altera a Lei nº 8.666/93,	Data: 27/02/2015 Casa: Senado	Senado



	00195/2013 SF	Cunha Lima - PSDB /PB	de 21 de junho de 1993, para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.	que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir o projeto executivo prévio nas licitações para contratação de obras com valor estimado superior a 100 milhões de reais.	Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Situacao: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Federal
65	PLS 00426/2013 SF	Sen. Alvaro Dias - PV /PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da CF/88, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para instituir Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); estabelece que o concurso que tiver por objeto a seleção de estudos, investigações, levantamentos ou	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				projetos a serem utilizados na preparação de concessão comum, patrocinada ou administrativa poderá ser realizado sob a forma de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); elenca informações que devem constar do edital do PMI; determina que o valor máximo de eventual remuneração pelo conjunto de estudos, investigações, levantamentos ou projetos não poderá ultrapassar 2,5% do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva co		
66	PLS 00444/2013 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá	Altera a Lei nº 8987/95 – que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição	Data: 06/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



			<p>outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.</p>	<p>Federal, e dá outras providências – para estabelecer novas definições para: a) poder concedente; b) concessão de serviço público; c) concessão de obra pública; d) obra pública; determina que a concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública seja formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da presente Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação; estabelece que a concessão de obra pública ou de serviço público precedido da execução de obra pública ocorrerá atendidas as condições que especifica; determina que toda concessão de obra pública ou de serviço</p>		
--	--	--	---	---	--	--



				público, precedida ou não da exec		
67	PLS 00554/2013 SF	Pedro Taques	Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Altera o inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", dispondo que nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: funcionalidade e adequação ao interesse público, com especial atenção, quando for o caso, às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
68	PLS 00271/2012	Pedro Taques	Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de	Altera a Lei nº 8.666/1993 no que tange	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de	Senado Federal



	SF		1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em obras, serviços ou compras.	à alteração nos contratos regidos por esta Lei, para dispor que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato.	Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	
69	PLS 00513/2011 SF	Sen. Vicentinho Alves - PR /TO	Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.	Institui normas gerais para a contratação de PPP, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a construção e administração de estabelecimentos penais; prevê no art. 2º que a parceria público privada para os estabelecimentos penais poderá abranger condenados e provisórios, submetidos a qualquer regime de	Data: 24/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal





				pena; prevê nos arts 3º, 4º e 5º que a PPP é um contrato de concessão administrativa que deverá ser precedida de licitação; as diretrizes na contratação da PPP; e que os cargos de diretor e vice-diretor do estabelecimento penal serão ocupados por servidores públicos de carreira, respectivamente; prevê no art. 6º que o concessionário disponibilizará e manterá para os presos assistência jurídica; acompanhamento médico, odontológico e nutricional; programas de e		
70	PLS 00538/2011 SF	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB /TO	Altera os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências,	Altera a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na	Data: 17/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Antonio Carlos Valadares. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



			<p>para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências.</p>	<p>gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências; define como projetos não adequadamente atendidos as obras suspensas cautelarmente pelos tribunais ou conselhos de contas e as obras em relação às quais, por determinação da comissão do respectivo Poder Legislativo encarregada de examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei dos orçamentos, vigore suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela,</p>		
--	--	--	---	---	--	--



				trecho ou subtítulo.		
71	PLS 00604/2015 SF	Sen. José Serra - PSDB /SP	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Altera a Lei 8.666/1993 para atualizar os valores limites das modalidades de licitações, sendo, para obras e serviços de engenharia: convite até R\$ 450.000,00; tomada de preços até R\$ 4.500.000,00; concorrência - acima de R\$ 4.500.000,00; e para compras e serviços: convite até R\$ 240.000,00; tomada de preços até R\$ 1.950.000,00; e concorrência acima de R\$ 1.950.000,00.	Data: 07/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido pelo Senador Romero Jucá, mantendo o voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
72	PLS 00739/2011 SF	Marcelo Crivella	Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.	Regula a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica, requeridos em licitação, para obras e serviços de engenharia financiados com recursos da União ou da administração indireta. Define	Data: 09/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O relator, senador Fernando Bezerra Coelho, apresentou relatório concluindo pela rejeição do projeto (fls. 18-25). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



				<p>sustentabilidade econômica e sustentabilidade social. Dispõe que os planos de sustentabilidade social e econômica serão contemplados no projeto básico exigido na Lei de Licitações, dispensadas as obras e serviços de engenharia de valor inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), reajustado anualmente pelo INCC da Fundação Getúlio Vargas ou índice que o substitua.</p> <p>Estabelece a competência de cada um dos Poderes para regulamentar a elaboração planos de sustentabilidade social e econômica dos respectivos empreendimentos.</p> <p>Estabelece a obrigatoriedade da obtenção do licenciamento</p>		
--	--	--	--	---	--	--



73	PLS 00496/2011 SF	Dep. Veneziano Vital Do Rêgo - PMDB /PB	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.	Altera a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a fim de: a) tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo antes da realização da abertura de licitações para a contratação de obras e serviços; b) reduzir os percentuais aplicáveis como limites ao valor dos termos aditivos - de 25% para 10% do total do contrato no caso de obras, serviços de engenharia; de 50% para 25% no caso de reforma de edifício ou equipamento; e de 25% para 5% no caso de compras; estabelece que a lei entrará em vigor decorridos 180 dias de	Data: 27/02/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela aprovação do Projeto. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
----	-------------------------	---	--	--	---	----------------



				sua publicação oficial.		
74	PLS 00700/2015 SF	Sen. Roberto Rocha - PSB /MA	Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.462/2011 (que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC) para determinar a observância de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Data: 04/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
75	PLS 00292/2016 SF	Sen. Eduardo Amorim - PSC /SE	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o diploma aos concluintes das disciplinas de cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para assegurar o diploma aos concluintes dos cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, independentemente do resultado da defesa do trabalho de conclusão do	Data: 04/08/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Distribuído ao Senador Randolfe Rodrigues, para emitir Relatório. Autos do processado na Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 6º, caput, da Instrução Normativa da SGM nº 4, de 2015. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				CURSO.		
76	PLS 00465/2016 SF	Sen. Lindbergh Farias - PT /RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como as Leis nº 6.015/1973, 11.952/2009, 11.483/2007, 6.766/1979, 10.931/2004 e 12.024/2009, para estabelecer adequações operacionais no Programa, determinar a distribuição regional de recursos proporcionalmente ao déficit habitacional, prever instalação de unidades comerciais, modificar aspectos de regularização fundiária, fixar procedimentos de registro de imóveis e alterar o regime de pagamento unificado de tributos pelas construtoras contratadas, abrangendo projetos de construção mista, com	Data: 22/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				unidades habitacionais e comerciais.		
77	PLS 00253/2016 SF	Sen. Telmário Mota - PDT /RR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Data: 16/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura O Presidente da Comissão designa o Senador Armando Monteiro pra relatar a matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
78	PLS 00196/2016 SF	Marcelo Crivella	Altera o art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que o edital de licitação de obra pública preveja a obrigatoriedade de revisão do cálculo estrutural por consultoria independente.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever a exigência de revisão do cálculo estrutural, bem como de aferição das peças estruturais, previamente à concretagem, por consultoria independente, quando se	Data: 16/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal





				tratar de licitação de obras públicas que possam expor seus usuários a risco.		
79	MPV 00698/2015 CD PLV 00003/2016 SF	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.		Data: 25/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Of 409-CN, de 24/8/16, comunica que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 23/8/16, manteve o Veto Parcial aposto ao PLV n. 3, de 2016, oriundo da Medida Provisória n. 698, de 2015.	Congresso Nacional
80	MPV 00748/2016 CD MPV 00748/2016 SF	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.587, de 3 janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.	Trata da ampliação do prazo para que os Municípios elaborem e implantem o Plano de Mobilidade Urbana.	Data: 13/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMMPV 748/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 748, de 2016 A Reunião convocada para o dia 13 de dezembro não se realizou por falta de quórum (anexados: convocação, lista de presença e termo de reunião às fls. 144 a 147). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO; Data: 01/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Ato n. 64,	



					de 30/11/16, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 01/12/16 - Seção 1 - Pág. 1).	
81	MPV 00751/2016 CD MPV 00751/2016 SF	Poder Executivo	Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.		15/02/2017 COCM - Coordenação de Comissões Mistas  Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA  Data: 21/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMMPV 751/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 751, de 2016 Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria por meio do Ofício nº 541-CN, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN (fl. 117). Situacao: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO;  Data: 18/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Recebido Ofício n. 541-CN, de 17/11/16, comunica a constituição da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória n. 751, de 2016, e informa o calendário para sua tramitação.	Congresso Nacional
82	MPV 00759/2016	Poder Executivo	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre	Altera as Leis: nº 8.629, de 1993; nº 13.001, de	Data: 14/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	Congresso Nacional



	CD MPV 00759/2016 SF		a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.	2014; nº 11.952, de 2009; nº	Câmara dos Deputados ( MESA) Recebido Ofício n. 50-CN, de 13/2/17, que comunica a constituição da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória n. 759, de 2016, e informa o calendário para sua tramitação.; Data: 14/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMMPV 759/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 759, de 2016 Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria por meio do Ofício nº 50-CN, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN (fl. 1331). Situacao: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO	
83	PDC 00054/2015 CD	Dep. Luiz Carlos Haully - PSDB /PR	Susta os efeitos do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015 que Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.		Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Designado Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS)	Câmara dos Deputados
84	PEC	Dep. Jose Chaves	Revoga o inciso VII do art. 20	Determina, a partir das	Data: 14/02/2017 Apresentação do	Câmara dos



00039/2011 CD	- PTB /PE	da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 5891/2017, pela Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis, que: "Requer a prorrogação de prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que 'revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis', e apensadas".  Data: 10/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do	Deputados
------------------	-----------	---	--	---	-----------



					Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas ( PEC03911) Prazo de Vista Encerrado	
85	PEC 00185/2003 CD	Dep. Pedro Henry - PP /MT	Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º, XXIV do art. 21, IX do art. 103 e XII do art. 109 da Constituição Federal e dá outras providências.	Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas.	Data: 19/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
86	PEC 00016/2015 CD	Dep. Heráclito Fortes - PSB /PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e	Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de	Câmara dos Deputados



			Disposições Constitucionais Transitórias) e dá outras providências.	seus acréscidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas ( PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	
<b>87</b>	PEC 00027/2015 CD	Dep. Cesar Souza - PSD /SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acréscidos e dá outras providências.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas ( PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
<b>88</b>	PEC 00030/2015 CD	Dep. Lelo Coimbra - PMDB /ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º	Câmara dos Deputados



			acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas ( PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	
89	PEC 00285/2008 CD	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BA	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.	Conhecida como " PEC da Habitação ".	Data: 19/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
90	PL 00985/2015 CD PLC 00036/2015 SF	Dep. Domingos Neto PSD/CE	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 15h15. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN -	Senado Federal



					SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	
91	PL 06830/2013 CD	Dep. Valdir Colatto - PMDB /SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		Data: 25/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)	Câmara dos Deputados
92	PL 00696/2003 CD PLC 00166/2008 SF	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		Data: 11/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento n. 3750/2015, pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que: "Requerimento de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº. 696, de 2003, que "dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
93	PL 00791/2011 CD	Dep. Jovair Arantes - PTB /GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		Data: 15/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
94	PL	Sen. Roberto	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de	Altera a Lei nº 9394/96 -	Data: 06/01/2016 Casa: Câmara dos	Câmara dos





	07841/2014 CD PLS 00399/2011 SF	Requião - PMDB /PR	dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação - para determinar que os diplomas de cursos de graduação, Mestrado ou Doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático; estabelece que o Poder Público divulgará, periodicamente, a lista de cursos e instituições acima referidas.	Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4067/2015. Inteiro teor Apense-se a este(a) o(a) PL-4067/2015. Inteiro teor	Deputados
95	PL 07093/2014 CD PLC 00164/2015 SF	Dep. Irajá Abreu - DEM /TO	Acresce dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Estabelece critérios para dispensa de alvará na averbação de construção residencial urbana unifamiliar.	Data: 01/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 01/06/2016, a matéria é devolvida pelo Senador Dario Berger, para redistribuição. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
96	PL	Dep. Augusto	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de		Data: 29/08/2016 Casa: Câmara dos	Câmara dos



	00600/2011 CD	Coutinho - SD /PE	outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvido, a pedido, ao Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR) para reexame.	Deputados
97	PL 04302/2012 CD	Dep. Laercio Oliveira - SD /SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	Data: 17/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Lucas Vergilio (SD-GO). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
98	PL 01292/1995 CD PLS 00163/1995 SF	Lauro Campos	ALTERA A LEI 8666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE 'REGULAMENTA O ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.'	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	Data: 13/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À CCJC o Memorando nº 176/15 - COPER informando sobre apensação dos PLS 6429/09, 6439/09, 7023/10 e 5058/13 ao de nº 1491/96, tramitando em conjunto com o de nº 1292/95. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
99	PL 02043/2011 CD	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		Data: 27/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Câmara dos Deputados



					( CTASP) Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pelo Deputado Augusto Coutinho (SD-PE). Inteiro teor	
100	PL 02245/2007 CD	Dep. Reginaldo Lopes - PT /MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		Data: 16/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 4725/2016, pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2245, de 2007, que 'regulamenta a profissão de tecnólogo e dá outras providências. '". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
101	PL 02664/2011 CD	Dep. Arnaldo Jardim - PPS /SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.	Determina exigências para o exercício da profissão de Gestor Ambiental; determina as atividades desses profissionais; considera, nos casos expostos, o exercício ilegal da profissão e estipula responsabilidade de autoria de planos ou projetos.	Data: 25/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Publicado em avulso e no DCD de 26/08/16 PÁG 602 COL 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
102	PL 07607/2010 CD PLC 00013/2013 SF	Dep. José Chaves – PTB/PE	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e	Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá,	Senado Federal



			Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	que solicita o desapensamento do PLC nº 13/2013. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado original de manifestação do OFÍCIO Nº 2.098/2016PRESIDÊNCIA-ANSEAF da Associação Nacional do Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomo do poder Executivo Federal - ANSEAF. Folhas (66/69).; Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica e Regimental da SGM para juntada de documentos.	
103	PL 03370/2012 CD PLC 00031/2014 SF	Dep. Augusto Coutinho - SD /PE	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



			funcional das edificações; e dá outras providências.	como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predi		
<b>104</b>	PL 04749/2009 CD	Dep. Celso Russomanno - PRB /SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	Data: 05/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA), pela	Câmara dos Deputados



					constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 243/2011, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Inteiro teor	
105	PL 06699/2002 CD	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Data: 26/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento n. 1186/2015, pela Deputada Leandre (PV-PR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 6699, de 2002, que "modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências"". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
106	PL 04692/2012 CD PLC 00097/2015 SF	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Data: 31/01/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Recebimento do Ofício nº 2/2017 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e do projeto vetado.	Senado Federal
107	PL 06014/2013 CD PLS 00491/2011 SF	Marcelo Crivella	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de	Data: 10/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 CCJC, pelo Dep. Covatti Filho Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Desenvolvimento Urbano e, no mérito, por	Câmara dos Deputados



				estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõ	sua aprovação, com Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL 6382/2013 e do PL 6841/2013, apensados, e, no mérito, por sua rejeição. Inteiro teor	
<b>108</b>	PL 03699/2004	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e		Data: 09/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	Câmara dos Deputados



	CD	/SP	combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		Câmara dos Deputados ( MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015. Inteiro teor	
109	PL 01365/2011 CD	Dep. Vieira da Cunha - PDT /RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		Data: 27/01/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	Câmara dos Deputados
110	PL 08322/2014 CD PLS 00317/2013 SF	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB /GO	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar; estabelece que a isenção cessará quando houver oferta do bem produzido no Brasil em condições similares às do importado quanto ao	Data: 16/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Miro Teixeira (REDE-RJ). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Miro Teixeira (REDE-RJ), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 8322/2014, com Substitutivo; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos	Câmara dos Deputados





				padrão de qualidade, conteúdo técnico, preço e capacidade produtiva; dispõe que a lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.	PL's nºs 5539/2013, 7186/2014, 157/2015 e 3542/2015, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 8322/2014, com Substitutivo. Inteiro teor	
111	PL 05858/2013 CD PLS 00119/2011 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.	Insere o § 7º ao art. 2º da Lei nº 6.766/1979 para dispor que as obras de pavimentação urbana devem ser precedidas pela implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços; altera a Lei 10.257/2001 para inserir o inciso XVII ao art. 2º, que exige a implantação de redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação urbana; estabelece que a concessão de financiamento federal para obras viárias a	Data: 12/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 13/12/2016, Letra B.	Câmara dos Deputados



				Municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor fica condicionada ao atendimento da implantação de redes subterrâneas prévias às obras de pavimentação urbana.		
112	PL 01703/2011 CD	Dep. Jorge Tadeu Mudalen - DEM /SP	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Elmar Nascimento (DEM-BA)	Câmara dos Deputados
113	PL 01562/2011 CD PLC 00017/2016 SF	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para acrescentar normas voltadas à proteção do meio ambiente e à garantia da qualidade ambiental nos perímetros urbanos.	Altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) para prever a compatibilização do estudo de impacto de vizinhança com o estudo prévio de impacto ambiental, os aspectos ambientais no plano diretor e a formulação e execução de medidas integradas voltadas à garantia da sustentabilidade ambiental nas regiões metropolitanas e	Data: 09/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	Câmara dos Deputados



				aglomerações urbanas.		
114	PL 02457/2011 CD PLS 00411/2007 SF	Marcelo Crivella	Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.		Data: 16/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pela Deputada Tia Eron (PRB-BA). Inteiro teor Parecer da Relatora. Dep Tia Eron (PRB-BA),pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2457/2011, dos PL´s nºs 2750/2003, 3322/2004, 1069/2007, 2565/2007, 4958/2009, 1138/2011, 2874/2011, 4946/2001, 7074/2006, 682/2011, 953/2011 e 1310/2011, apensados, da emenda da Comissão de Minas e Energia e dos Substitutivos das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Urbano ; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 7849/2010 e 2454/2011, apensados, com emendas. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
115	PL 08331/2015 CD PLS 00541/2011	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a	Altera a Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição	Data: 14/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da	Câmara dos Deputados



	SF		acessibilidade nos passeios públicos.	Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos passeios públicos.	Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 15/12/15 PÁG 181 COL 01, Letra B. Inteiro teor	
116	PL 02897/2008 CD PLC 00059/2010 SF	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.	inclusão, no Estatuto da Cidade, de obrigação de o plano diretor do município conter diretrizes para o plano de arborização urbana, que deve estabelecer normas sobre o plantio e a conservação de árvores nos logradouros públicos e criar programa de	Data: 21/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer ao Substitutivo do Senado n. 1 CCJC, pelo Deputado Alessandro Molon (REDE-RJ). Inteiro teor Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Alessandro Molon (REDE-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao PL	Câmara dos Deputados



				educação ambiental para garantir a participação da população no trato da arborização.	2897/2008. Inteiro teor	
117	PL 04095/2012 CD	Dep. Bohn Gass - PT /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Parecer recebido para publicação.; Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 25/11/2016, Letra C.	Câmara dos Deputados
118	PL 05015/2013 CD	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		Data: 08/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) - 14:30 Reunião Deliberativa Extraordinária Cumprindo prazo de vista.; Data: 08/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Designado Relator, Dep. Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) Prazo de Vista Encerrado	Câmara dos Deputados



119	PL 06709/2009 CD PLS 00198/2009 SF	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		Data: 15/10/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	Câmara dos Deputados
120	PL 02629/2011 CD	Dep. Fabio Faria - PSD /RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		Data: 19/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
121	PL 05420/2013 CD PLS 00356/2011 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado	Altera a Lei nº 10.257/2001 que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana	Data: 18/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Benito Gama (PTB-BA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Benito Gama (PTB-BA), pela incompatibilidade e inadequação	Câmara dos Deputados



			Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	e dá outras providências", denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	financeira e orçamentária do Projeto de Lei 5420/13 e da emenda 1/2013 da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Inteiro teor	
122	PL 03228/2008 CD PLS 00350/2005 SF	Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB /SE	Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.		Data: 30/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
123	PL 06462/2009 CD PLS 00205/2008 SF	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar	Altera requisitos para a elaboração e plano diretor; estabelece exigências a elaboração de plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, considerando o determinado no plano diretor; determina que a União atuará supletivamente no	Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e pela inconstitucionalidade do PL 3252/2012, apensado. Inteiro teor	Câmara dos Deputados



			que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.	mapeamento das áreas de risco, apoiando as demais entidades da Federação.		
124	PL 03252/2012 CD PLS 00432/2011 SF	Sen. Ana Rita - PT /ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Estabelece requisitos aos índices urbanísticos de parcelamento do solo urbano, concernentes ao aproveitamento, impermeabilização e excedente máximo de chuvas carreado para a rede pública; trata, também, da disciplina para o aproveitamento de águas pluviais em lotes urbanos.	Data: 13/06/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6462/2009	Câmara dos Deputados
125	PL 06905/2017 CD PLS 00504/2013 SF	Sen. Wilder Morais – PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Altera o Decreto-Lei nº 3365/41 – que Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública – para estabelecer que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a	Data: 14/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Recebido o ofício nº 85/2017, do Senado Federal, que submete à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2013, de autoria do Senador Wilder Moraes, constante dos autógrafos em anexo, que "Altera o Decreto-	Senado Federal





				reparcelamento do solo; define reparcelamento do solo; estabelece que os lotes resultantes de reparcelamento do solo e as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros; determina que na hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; condiciona a declaração de utilidade pública para reparcelamento do solo à prévia aprovação	Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que 'dispõe sobre desapropriações por utilidade pública', para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo". Inteiro teor; Data: 14/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 6905/2017, pelo Senado Federal, que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que 'dispõe sobre desapropriações por utilidade pública', para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.". Inteiro teor; Data: 14/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Remetido Ofício SF nº 85, de 13/02/2017, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls.49 a 51). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
126	PL 00816/2011 CD	Dep. Rubens Bueno - PPS /PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		Data: 05/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (	Câmara dos Deputados



					CCJC) Devolvida sem Manifestação.	
127	PL 01004/2011 CD	Dep. Efraim Filho - DEM /PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		Data: 08/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Designado Relator, Dep. Bebeto (PSB-BA)	Câmara dos Deputados
128	PL 04029/2008 CD PLC 00010/2017 SF	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT	Revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro.	Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 197/16/PS-GSE. Inteiro teor; Data: 06/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Recebido, nesta data, na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais. Matéria aguardando designação de Relatoria. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Câmara dos Deputados
129	PL 05680/2013 CD	Dep. Glauber Braga - PSB /RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		Data: 18/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Efraim Filho, pela rejeição. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
130	PL 06814/2017 CD PLS	Senado Federal - Comissão Temporária de	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº	Estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos	Data: 09/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.;	Senado Federal



	00559/2013 SF	Modernização da Lei de Licitações e Contratos	8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.	no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (que instituiu a modalidade de pregão nas licitações) e os arts. 1 a 47 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC). (Projeto de nova lei de licitações, da Comissão Temporária de modernização da Lei de Licitações e Contratos).	Data: 03/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 6814/2017, pelo Senado Federal, que: "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011". Inteiro teor	
131	PL 02861/2008 CD PLS 00227/2005 SF	Sen. Alvaro Dias - PSDB /SP	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.		Data: 15/02/2017 – PLEN  Apresentação do Requerimento n. 5898/2017, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do PL nº 2.861 de 2008, que 'Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e	Câmara dos Deputados



					<p>Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.' Senhor Presidente, Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 114, inciso XIV, do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia da Projeto de Lei nº 2.861, de 2008, que 'Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.' Sala de Sessões, em 10 de fevereiro de 2017</p> <p>Data: 08/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 5808/2017, pelo Deputado João Campos (PRB-GO), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do PL nº 2.861 de 2008, que 'Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.'". Inteiro teor</p>	
132	PL 07699/2006	Sen. Paulo Paim - PT /RS	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com	Data: 24/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	Senado Federal



CD SCD 00004/2015 SF		Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga	Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.	Câmara dos Deputados ( MESA) Recebimento do Ofício nº 393/15 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial aposto ao Projeto de Lei.	
----------------------------	--	--	--	---	--



			dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.			
133	PL 03443/2012 CD PLC 00070/2013 SF	Dep. Pedro Uczai - PT /SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta) dias.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
134	PL 00866/2011 CD	Dep. Onofre Santo Agostini - DEM /SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.		Data: 22/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Defiro o Requerimento n. 1.321/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, e revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 866/2011 para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Publique-se. Oficie-se.[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 866/2011: às CDEIC, CME, CDU, CMADS e CCJC (art. 54 do RICD) - Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência do art. 155 do RICD.] Inteiro teor	Câmara dos Deputados
135	PL 06179/2009	Dep. Bonifacio de Andrada - PSDB	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	Data: 02/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO	Câmara dos Deputados



	CD	/MG	dá outras disposições.		DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Educação e Cultura Publicado no DCD de 03/02/2017, Letra B.	
136	PL 04923/2013 CD	Dep. Nilda Gondim - PMDB /PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		Data: 06/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados
137	PL 04875/2012 CD	Dep. Reinaldo Azambuja - PSDB /MS	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.		Data: 18/07/2013 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Ao Arquivo - Memorando nº 120/13 - COPER Inteiro teor	Câmara dos Deputados
138	PL 03460/2004 CD PLC 00005/2014 SF	Dep. Walter Feldman - PSDB /SP	Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.	Cria o "Estatuto da Metrópole".	Data: 10/04/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Arquivado.	Congresso Nacional
139	PL 04931/2013 CD	Dep. Ronaldo Fonseca - PR /DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de	Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Recebimento pela CFT, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados



			para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	esgotos.		
140	PL 01650/2015 CD	Dep. Fabio Garcia - PSB /MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		Data: 04/01/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6780/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
141	PL 04947/2013 CD PLC 00056/2014 SF	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para vedar o direito de outorga onerosa do direito de construir às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da cidade) para vedar a concessão do direito de outorga onerosa do direito de construir (emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido no plano diretor, mediante pagamento) às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
142	PL 00963/2015 CD	Dep. Tereza Cristina - PSB /MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de		Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial	Câmara dos Deputados





			instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		em avulso e no DCD de 11/04/15 PÁG 38 COL 01. Inteiro teor; Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Recebimento pela CTASP.	
143	PL 04697/2012 CD	Dep. Damiao Feliciano - PDT /PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		Data: 10/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6747/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
144	PL 00840/2011 CD PLC 00016/2016 SF	Dep. Chico Alencar - PSOL /RJ	Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Estabelece requisitos exigíveis ao plano diretor, de modo que este seja compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos; determina que para áreas consideradas em especial risco de enchentes, deve ser elaborado plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e designa atuação supletiva da União junto aos demais entes da Federação quanto ao	Data: 02/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle O Presidente da CMA, Senador OTTO ALENCAR, designa o Senador JORGE VIANA relator da matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados



				mapeamento das áreas de risco.		
145	PL 04566/2008 CD PLC 00103/2015 SF	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	Altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para dispor sobre a remuneração das contas vinculadas do FGTS e estabelecer regime de transição, até 2019, para o aumento dessa remuneração. Os depósitos efetuados a partir de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas e serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança. Os saques serão debitados, inicialmente, do saldo das novas contas vinculadas.	Data: 24/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
146	PL 02381/2015 CD PLC 00213/2015	Dep. Luiz Carlos Busato - PTB /RS	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.;	Senado Federal



	SF					Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado ao processado do PLC nº 213, de 2015, original de manifestação do Ofício CAU/BR nº 405/2016-PR, e cópia da carta resposta encaminhada pelo Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello. (fls.13/14).; Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à assessoria a pedido.	
147	PL 01868/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PROS /RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	Estabelece condições para fomentar a implantação de sistema de energia solar nas novas edificações comerciais e residenciais, bem como a definição de mecanismos para garantir o uso de sistema de captação e reaproveitamento da água.		Data: 26/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados
148	PL 02725/2011 CD PLC 00109/2014	Romero Rodrigues	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição	Proíbe às associações de moradores a cobrança de taxas dos moradores de vilas ou		Data: 07/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José	Senado Federal



	SF		Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	vias públicas de acesso fechado.	Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	
149	PL 02020/2007 CD PLC 00033/2014 SF	Dep. Elcione Barbalho – PMDB/PA	Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.	Estabelece diretrizes gerais para todo o país sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, a cargo dos municípios e do corpo de bombeiros; entre outros pontos, dispõe que os engenheiros e arquitetos, o corpo de bombeiros, a prefeitura municipal, os proprietários de estabelecimentos e os promotores de eventos observarão as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou de outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e	Data: 20/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 5237/2016, pelo Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia o Projeto de Lei, nº. 2.020, de 2007, que dispõe sobre normas gerais de segurança em casas de espetáculos e similares". Inteiro teor	Câmara dos Deputados



				Qualidade Industrial (CONMETRO); responsabiliza, por improbidade administrativa, o prefeito que deixar de prever as medidas de prevenção e combate a incêndio e desastres no planejamento urbano ou exceder os prazos para concessão de alvará de		
150	PL 02313/2015 CD	Dep. Carlos Manato - SD /ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.		Data: 26/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2810/2015, pelos Deputados Maurício Quintella Lessa, Líder do PR e outros Líderes, que: "Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para apreciação do PL nº 2.313/2015". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
151	PL 05068/2016 CD PLS 00212/2008 SF	Sen. Cristovam Buarque PPS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências	Visa estabelecer a garantia de condições dignas nas instalações reservadas à moradia e área de serviço dos trabalhadores domésticos, mediante observações de	Data: 04/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 5/8/2016, Letra A.	Senado Federal



			internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.	requisitos mínimos de espaço para quartos e banheiros, ventilação, iluminação, ergonomia, conforto, privacidade e qualidade de materiais e equipamentos utilizados.		
152	PL 00138/2011 CD PLC 00159/2015 SF	Dep. Weliton Prado - PMB /MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.	Data: 14/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em reunião realizada em 14/12/2016, a apreciação da matéria foi adiada. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
153	PL 03046/2015 CD PLS 00502/2011 SF	Sen. Paulo Paim PT/RS	Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços	Dispõe que a pessoa jurídica integrante da administração pública indireta federal deve divulgar, inclusive na internet, os nomes e	Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



			eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes.	currículos de conselheiros, dirigentes e assessores de nível superior, bem como seus meios de contato, no mínimo, endereços, telefones e emails institucionais. Estabelece o conceito de dirigente e de assessor de nível superior. Dispõe que a lei tem vigência após 45 dias de sua publicação.		
154	PL 00359/2011 CD	Dep. Julio Lopes - PP /RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial- Sinmetro.		Data: 10/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Designado Relator, Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES)	Câmara dos Deputados



155	PL 05733/2009 CD PLS 00023/2004 SF	Marcelo Crivella	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		Data: 04/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
156	PL 03788/2015 CD	Dep. Carlos Henrique Gaguim - PMDB /TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/12/15 PÁG 190 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
157	PL 03778/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PROS /RJ	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).".	Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família	Data: 15/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Devolvido ao Relator, Dep. Carlos Marun (PMDB-MS)	Câmara dos Deputados





				contemplando obrigatoriamente a redução das taxas de financiamentos.		
158	PL 03772/2015 CD	Dep. Giuseppe Vecci - PSDB /GO	Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações.	Altera as Leis nº 10.406, de 2002; 8.934, de 1994; 5.194, de 1966; 8.666, de 1993; 8.248, de 1991. Revoga dispositivos das Leis nº 11.578, de 2007; 9.478, de 1997; e 12.351, de 2010.	Data: 04/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/12/15 PÁG 56 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
159	PL 03610/2015 CD	Dep. Vitor Valim - PMDB /CE	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, estendendo o tempo em que as placas com os nomes dos responsáveis técnicos pelas obras devem ficar nos recintos.		Data: 26/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
160	PL 03636/2015 CD PLS 00105/2015 SF	Sen. Ricardo Ferraço - PSDB/ES	Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, determinando que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração Pública sejam homologados pelo Ministério	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	Data: 08/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 5471/2016, pelo Líderes, que: "Requeremos, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do	Câmara dos Deputados



			Público.		Projeto de Lei n. 3636, de 2015, que altera a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, para permitir que o Ministério Público e a Advocacia Pública celebrem acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, no âmbito da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.". Inteiro teor	
161	PL 02579/1992 CD PLC 00057/1994 SF	Vasco Furlan	DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS FEDERAIS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL E SOBRE A CORREÇÃO MONETARIA DAS IMPORTANCIAS DEVIDAS AOS INTEGRANTES DAS RESPECTIVAS CLASSES E DOS ORGÃOS REGIONAIS.		Data: 11/04/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
162	PL 03568/2015 CD	Dep. Lincoln Portela - PRB /MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do		Data: 12/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Lucas Vergilio (SD-GO). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), pela aprovação deste, e do PL 4795/2016, apensado, com substitutivo. Inteiro teor	Câmara dos Deputados



			benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.			
<b>163</b>	PL 02546/2015 CD	Dep. Vinicius Carvalho - PRB /SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		Data: 31/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Educação ( CE) Devolvido ao Relator, Dep. Alan Rick (PRB-AC)	Câmara dos Deputados
<b>164</b>	PL 01944/2015 CD	Dep. Veneziano Vital Do Rêgo - PMDB /PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.		Data: 21/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
<b>165</b>	PL 05139/2009 CD	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto	Data: 12/05/2010 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados



				do Código Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.		
166	PL 06694/2013 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB /SP			Data: 11/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação, com emenda. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
167	PL 02117/2011 CD	Dep. Penna - PV /SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-5793/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
168	PL 04328/2016 CD	Dep. Laura Carneiro - PMDB /RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		Data: 30/01/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDU, pelo Deputado Tenente Lúcio (PSB- MG). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Tenente Lúcio (PSB-MG), pela aprovação. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
169	PL 04990/2016 CD	Dep. Luizianne Lins - PT /CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras		Data: 31/01/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Designado Relator, Dep. Heuler Cruvinel (PSD-GO)	Câmara dos Deputados



			providências.			
170	PL 03637/2015 CD PLS 00388/2014 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com formação de imóveis com área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou para formação de sítios de recreio.	Data: 22/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/09/16 PÁG 67 COL 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
171	PL 05010/2016	Dep. Lúcio Vale - PR /PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista		Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	Câmara dos Deputados



	CD		aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6675/2016. Inteiro teor	
172	PL 05011/2016 CD	Dep. Lúcio Vale - PR /PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.		Data: 14/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 15/06/16 PÁG 625 COL 01, Letra A. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
173	PL 01794/2015 CD	Dep. Veneziano Vital - PMDB/PB	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.		Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
174	PL 06773/2006 CD PLC 00169/2015 SF	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV /SP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar	Altera a Lei das Licitações e contratos da Administração Pública para vedar pagamentos antecipados.	Data: 13/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Em reunião realizada em 13/12/2016, a apreciação da matéria foi adiada. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



			pagamentos antecipados.			
175	PL 05334/2016 CD	Dep. Edinho Araújo - PMDB/SP			Data: 10/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 10/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/06/16 PÁG 39 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
176	PL 05713/2013 CD	Sergio Zveiter	Institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.	Para projetos ecológicos, projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos, redução da poluição ambiental e valorização do trabalhador.	Data: 10/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
177	PL 05851/2013 CD	Onofre Santo Agostini	Dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais.		Data: 19/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
178	PL 01227/2015 CD	Dep. Iracema Portella - PP /PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou		Data: 28/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência ( CPD) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF)	Câmara dos Deputados



			com mobilidade reduzida.			
179	PL 03147/2015 CD	Dep. Sóstenes Cavalcante - DEM /RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.		Data: 28/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 29/11/2016, Letra B.	Câmara dos Deputados
180	PL 04918/2016 CD PLS 00555/2015 SF	Comissão - ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais	Dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.	Revogam-se dispositivos legais das Leis nº 3.890-A, de 1961 e 9.478, de 1997.	Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Recebimento do Ofício nº 366/2016 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.918/2016.	Câmara dos Deputados
181	PL 03729/2004 CD	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BA	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a	Data: 15/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Recebido informativo da CONOF. Inteiro teor	Câmara dos Deputados





				Constituição Federal de 1988.		
182	PL 05638/2016 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.		Data: 31/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 01/11/16, PÁG 234 COL 01, Letra A. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
183	PL 05664/2016 CD	Dep. Zé Silva - SD/MG	Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		Data: 07/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta a requerimento do Deputado Daniel Vilela, subscrito pelo Deputado Benjamin Maranhão.	Câmara dos Deputados
184	PL 07818/2014 CD	Dep. Geraldo Resende - PMDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		Data: 14/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS) - 11:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta de ofício, devido ausência do Relator.	Câmara dos Deputados
185	PL 02776/2015 CD	Dep. Victor Mendes - PV/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de águas pluviais e de reuso de águas		Data: 13/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6227/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados



			residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações executadas com recursos da União.			
186	PL 04405/2012 CD	Dep. Leonardo Quintão - PMDB/MG	Altera a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece que a modalidade convite poderá ser utilizada na contratação de serviços técnicos profissionais especializados.	Data: 11/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-277/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
187	PL 03408/2015 CD PLS 00523/2013 SF	Sen. Pedro Taques - PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas; dispõe que o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão a forma	Data: 22/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/12/2016, Letra B.	Câmara dos Deputados



				correta de descarte e estabelecerão sanções pecuniárias pelo descumprimento do disposto a pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a regulação de atividades específicas; determina que o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de dois anos para regulamentar o disposto nesta Lei.		
188	PL 05772/2016 CD	Dep. Vinícius Gurgel - PR/AP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, de modo a reajustar os limites adotados para as modalidades de licitação.		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apenso-se à(ao) PL-6957/2002. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade Inteiro teor; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP)	Câmara dos Deputados



					Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 45 COL 01. Inteiro teor	
189	PL 05765/2016 CD	Dep. Iracema Portella (PP/PI)	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 40 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
190	PL 06117/2009 CD	Dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços pertencerá a ambas as partes.	Altera a Lei nº 9.610, de 1998.	Data: 07/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Cultura (CCULT) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCULT, pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.133/2012, apensado, com substitutivo; e pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.117/2009, principal, e dos PLs nºs 2.910/2011 e 4.072/2012, apensados. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
191	PL 02775/2011 CD	José Luiz de França Penna	Dispõe que as empresas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos		Data: 16/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	Câmara dos Deputados



			ambientais possuam responsável técnico em meio ambiente em seu quadro de funcionários ou consultoria técnica equivalente.		Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Publicado em avulso e no DCD de 17/12/2016, Letra B.	
192	PL 05793/2016 CD	Dep. Rocha (PSDB/AC)	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração energia renováveis não convencionais (fonte solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e resíduos sólidos).		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se à(ao) PL-2117/2011. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS) Recebimento pela CMADS.; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 53 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
193	PL 05739/2016 CD	Dep. Victor Mendes - PSD/MA	Acrescenta os artigos 13, III, 20, "c", parágrafo único ao art. 28 e parágrafo único ao art. 60 à Lei 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2 de agosto de 2010, para incluir os resíduos extraordinários.		Data: 30/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



194	PL 08085/2014 CD PLS 00454/2012 SF	Dep. Victor Mendes (PSD/MA)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas.	Altera a Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas; dispõe que o CONTRAN fixará a carga horária mínima a ser exigida para a prática de direção em vias públicas durante o processo de aprendizagem.	Data: 18/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Indeferido o Requerimento n. 4.828/2016, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 4.828/2016, nos termos do art. 142, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD. Publique-se. Oficie-se."	Câmara dos Deputados
195	PL 04615/2016 CD	Dep. Jorge Silva (PROS/ES)	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico.		Data: 14/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
196	PL 07333/2002 CD	Dep. Pompeo de Mattos - PDT/RS	Altera o art. 75 da Lei Federal nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997, vedando a realização		Data: 08/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (	Câmara dos Deputados



			de atos de inauguração de obras públicas, nos três meses que antecedem às eleições.		CCJC) Devolvido ao Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	
197	PL 05871/2016 CD	Barbosa Neto	Revoga os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para extinguir o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências.		Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/08/16 PÁG 93 COL 01. Inteiro teor; Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
198	PL 01675/2015 CD	Dep. Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB	Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica.		Data: 09/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
199	PL 05909/2016 CD	Dep. Fábio Mitidieri - PSD/SE	Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.	Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	Data: 15/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD do dia 16/08/16 PÁG 43 COL 01. Inteiro teor; Data: 15/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Câmara dos Deputados



					( CTASP) Recebimento pela CTASP.	
200	PL 00127/2015 CD	Dep. João Fernando Coutinho - PSB /PE	Altera a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.		Data: 12/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS) Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados
201	PL 01213/2015 CD	Dep. Jorge Fernando Coutinho – PSB/PE	Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade do Projeto Executivo antes do início de obras públicas .		Data: 14/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6441/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
202	PL 03876/2015 CD	Dep. Edmilson Rodrigues - PSOL /PA	Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providencias.		Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Designado Relator, Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES)	Câmara dos Deputados
203	PL 01758/2015 CD	Dep. Aliel Machado – PcdoB/PR	Torna obrigatório o emprego do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC previsto na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para realização de licitações públicas, e dá outras providências.	Revoga a Lei nº 10.520, de 2002 e dispositivo da Lei nº 9.478, de 1997.	Data: 27/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6301/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
204	PL 04330/2004 CD PLC 00030/2015	Sandro Mabel	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho	<b>SF</b> - 07/02/2017 - SLSF Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de Requerimento, do Senador Paulo Paim, que solicita a	Senado Federal





	SF			deles decorrentes.	tramitação conjunta do PLS nº 300, de 2015; com o PLC nº 30, de 2015 (que já tramita com os PLS nºs 87/2010 e 447/2011), que se dará quando todas as matérias estiverem sobre a Mesa, de acordo com o art. 266 do RISF.  <b>SF - 07/02/2017 - PLEN</b> Plenário do Senado Federal Recebidas no dia 13/12/2016, as Emendas de 1 a 3, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.  Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado ao PLC nº 30, de 2015, volume II, original de manifestação do Documento s/nº, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, e cópia da carta resposta encaminhada pelo Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello. (fls. 569/570).; Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à assessoria a pedido.	
<b>205</b>	PL	Barbosa Neto	Altera a Lei nº 11.977, de 2009		Data: 05/10/2016 Casa: Câmara dos	Câmara dos



	06058/2016 CD		(Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), para dispor sobre a implantação de calçadas ecológicas.		Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Deputados
<b>206</b>	PL 06140/2016 CD	Dep. Augusto Carvalho - SD/DF	Altera o art. 13 da Lei 8.666, de 30 de junho de 1993, de para incluir no rol de serviços técnicos especializados aqueles relativos à gestão ambiental, direito ambiental e sustentabilidade.		Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
<b>207</b>	PL 06151/2016 CD	Dep. Flávia Moraes PDT/GO	Acrescenta dispositivos às leis nº 10.520/02 e 8.666/1993.	Proíbe a contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade de pregão.	Data: 28/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP) Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
<b>208</b>	PL 06139/2016 CD	Dep. Augusto Carvalho - SD/DF	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a Sustentabilidade Urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.		Data: 28/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/16 PÁG 26 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
<b>209</b>	PL 02123/2015 CD PLC 00005/2017	Dep. Rômulo Gouveia – PSD/PB	Inclui novo § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do		Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº	Senado Federal



	SF		Consumidor -, para proibir a de cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.		192/16/PS-GSE. Inteiro teor; Data: 11/01/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Aguardando leitura. Situacao: AGUARDANDO LEITURA; Data: 11/01/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo Este processo contém 6 (seis) folhas numeradas. Situacao: AGUARDANDO LEITURA	
210	PL 06207/2013 CD	Dep. Walter Feldman - PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.		Data: 05/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Viação e Transportes ( CVT) Aprovado requerimento do Sr. Hugo Leal que requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 6.207/2013, do deputado Walter Feldman - que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas".; Data: 05/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Viação e Transportes ( CVT) - 10:00 Reunião	Câmara dos Deputados



					Deliberativa Ordinária Retirado de pauta, de ofício, em razão da aprovação do Req. 157/16, que solicita a realização de audiência pública.	
211	PL 04108/2015 CD	Dep. Marcelo Belinati - PP/PR	Altera o texto do caput e do parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento em condomínios para pessoas com deficiência que importe em dificuldade de locomoção.		Data: 07/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
212	PL 00953/2011 CD	Dep. Bruna Furlan – PSDB/SP	Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.	Asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado.	Data: 06/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1069/2007	Câmara dos Deputados
213	PL 01776/2011 CD	Dep. Heuler Cruvinel – DEM/GO	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispondo sobre a pavimentação das vias de circulação dos parcelamentos urbanos.		Data: 06/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-101/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). Inteiro teor	Câmara dos Deputados
214	PL 03057/2000 CD	Bispo Wanderval	Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único.	Estabelece que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado	Data: 20/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento nº 5.343/2016, conforme	Câmara dos Deputados



				irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.	despacho do seguinte teor: "Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 7.943/2014, nos termos do artigo 104, c/c o artigo 114, VII, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se".	
215	PL 06429/2009 CD	Dep. José Airton Cirilo - PT/CE	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para ampliar o período de garantia das obras de infraestrutura e de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Amplia para seis anos o prazo da responsabilidade do empreiteiro sobre obras de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-6439/2009, PL-7023/2010, PL-5058/2013 apensadas.	Câmara dos Deputados
216	PL 00132/2011 CD	Dep. Weliton Prado - PT/MG	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.		Data: 06/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-76/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
217	PL 07023/2010 CD	Dep. Rodovalho - PP/DF	Acrescenta parágrafo ao art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a ampliar para dez anos a garantia das obras de infraestrutura e pavimentação de estradas e vias urbanas.		Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Encaminhado à CCP.; Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhado à CCJC;	Câmara dos Deputados



					Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC. Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6429/2009	
218	PL 05645/2016 CD	Dep. Rodovalho - PP/DF	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Dispõe sobre o quórum para a realização de obra que modifique a fachada em unidade autônoma de condomínio.	Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados
219	PL 04060/2015 CD	Sarney Filho	Dispõe sobre coleta, escoamento e aproveitamento da água proveniente do processo de condensação de aparelhos de ar condicionado, e dá outras providências.		Data: 21/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Publicado em avulso e no DCD de 22/12/2016, Letra B.	Câmara dos Deputados
220	PL 02831/2015 CD	Dep. Eduardo da Fonte - PP /PE	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou		Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Educação (CE) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados



			implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).			
221	PL 06196/2016 CD	Dep. Carlos Sampaio - PSDB /SP	Inclui dispositivos ao Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.		Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Penal" (revoga o decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965, 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006), e apensado ( PL804510) Recebimento pela PL804510.; Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	Câmara dos Deputados
222	PL 06220/2016 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT	Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Amplia a competência dos juizados especiais cíveis para atuar em causas de até sessenta salários mínimos.	Data: 21/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 42 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
223	PL 06227/2016 CD	Dep. Mariana Carvalho - PSDB /RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por meio		Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP)	Câmara dos Deputados



			de energia solar e de captação e reaproveitamento de águas pluviais em prédios de propriedade da União, e dá outras providências.		Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.; Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS.	
224	PL 04162/2015 CD	Dep. Marcelo Belinati - PP/PR	Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.		Data: 26/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços Publicado em avulso e no DCD de 27/10/2016, Letra A.	Câmara dos Deputados
225	PL 01242/2015 CD	Dep. Deley – PTB/RJ	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.		Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6649/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
226	PL 01739/2007 CD	Dep. Paulo Teixeira PT/SP e outros	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece a elaboração de plano de sustentabilidade do ambiente construído para municípios com mais de cem mil habitantes que incorpore	Data: 27/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6139/2016. Inteiro teor Apense-se a este(a) o(a) PL-6165/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados





				soluções para projeto, construção e reciclagem das edificações com utilização de materiais sustentáveis, qualidade ambiental, eficiência energética, racionalização de uso da água, impermeabilização do solo.		
227	PL 06441/2016 CD	Dep. Vanderlei Macris PSDB/SP	Altera a Lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Exige a apresentação de projeto executivo antes da licitação.	Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.; Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/11/16 PÁG 134 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
228	PL 04235/2015 CD	Dep. Marcelo Belinati - PP/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar a obrigatoriedade de EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), nas construções de condomínios edilícios com mais de 80 unidades autônomas, loteamentos e construção ou		Data: 22/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 23/12/2016)	Câmara dos Deputados



			ampliação de shopping centers e mercados de grande porte, assim entendidos que tiverem área interna acima de 300 m <sup>2</sup> , com o objetivo de combater o crescimento urbano desordenado.			
229	PL 06518/2016 CD	Dep. Antonio Bulhões - PRB/SP	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos.		Data: 01/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/12/2016.; Data: 01/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência ( CPD) Recebimento pela CPD.	Câmara dos Deputados
230	PL 06529/2016 CD	Dep. Pedro Uczai - PT/SC	Altera a Lei nº 12. 587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, para conferir nova atribuição aos Municípios.	Estabelece que é atribuição do Município garantir a iluminação adequada nos pontos de embarque e desembarque do transporte público.	Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Recebimento pela CDU.; Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/2016.	Câmara dos Deputados
231	PL 04888/2016 CD	Dep. Cabo Daciolo - PTdoB/RJ	Altera o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico		Data: 18/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Cultura ( CCULT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas	Câmara dos Deputados



			nacional", para proibir a construção de monumentos estrangeiros no Brasil.		emendas.	
232	PL 06403/2016 CD	Dep. Marco Maia - PT/RS	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 11.952, de 2009; 11.483, de 2007; 6.766, de 1979; nº 10.931, de 2004; e 12.024 de 2009.	Data: 11/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano ( CDU) Recebimento pela CDU.; Data: 11/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/11/16 PÁG 34 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
233	PL 03162/2015 CD	Deputada Cristiane Brasil PTB/RJ	Altera a Lei nº. 11.977, de 7 de Julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		Data: 08/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6403/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
234	PL 05658/2016 CD	Dep. Júlio Lopes – PP/RJ	Altera a Lei nº 11.977 de 2009 para tornar obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais implantadas pelo Programa.		Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD do dia 01/07/16 PÁG 41 COL 01. Inteiro teor; Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa do Consumidor ( CDC) Recebimento pela	Câmara dos Deputados



					CDC.	
235	PL 00663/2015 CD	Dep. Júlio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.		Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa do Consumidor ( CDC) Devolvida à Relatora, Dep. Eliziane Gama (PPS-MA)	Câmara dos Deputados
236	PL 06619/2016 CD	Dep. Júlio Lopes - PP/RJ	Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM - Building Information Model, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração pública, e dá outras providências.		Data: 15/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Recebimento pela CFT.	Câmara dos Deputados
237	PL 05546/2013 CD	Dep. Paulo Feijó - PR/RJ	Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Sustentável.		Data: 15/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS) Designado Relator, Dep. Luiz Lauro Filho (PSB-SP)	Câmara dos Deputados
238	PL 05561/2016	Dep. Professor Sérgio de Oliveira	Cria mecanismo de compensação para empresas e		Data: 02/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de	Câmara dos Deputados



	CD	- PSD/PR	instituições prejudicadas por motivos de obras públicas.		Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	
239	PL 05954/2016 CD	Dep. Givaldo Vieira PT/ES	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para dispor sobre contrapartidas a serem prestadas pelo beneficiário de outorga onerosa do direito de construir e de outorga onerosa pela alteração do uso do solo.		Data: 02/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 03/02/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
240	PL 02829/2015 CD	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Dispõe sobre a democratização, descentralização e transparência dos procedimentos decisórios em programas habitacionais de interesse social	Altera a Lei nº 11.124, de 2005.	Data: 22/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/12/2016, Letra A.	Câmara dos Deputados
241	PL 06560/2016 CD	Dep. Eduardo Barbosa PSDB/MG	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a formação do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho.		Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/2016.	Câmara dos Deputados
242	PL 06860/2017		Dispõe sobre a acessibilidade a eventos realizados ao ar		Data: 08/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN)	Câmara dos Deputados



	CD	Dep. Geraldo Resende - PMDB/MS	livre; altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.		Apresentação do Projeto de Lei n. 6860/2017, pelo Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), que: "Dispõe sobre a acessibilidade a eventos realizados ao ar livre; altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000". Inteiro teor	
243	PL 06877/2017 CD	Dep. Jaime Martins - PSD/MG	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental		Data: 09/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 6877/2017, pelo Deputado Jaime Martins (PSD-MG), que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
244	PL 06876/2017 CD	Dep. Jaime Martins - PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		Data: 09/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO ( PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 6876/2017, pelo Deputado Jaime Martins (PSD-MG), que: "Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
245	PL 06798/2017 CD	Dep. Cabo Sabino - PR/C	Determina a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis,		<b>CD - 15/02/2017 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES CCP</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 16/02/2017.	Câmara dos Deputados



			albergues, pousadas e assemelhados e dá outras providências		<b>CD - 15/02/2017 - CPD</b> Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Recebimento pela CPD.	
					Data: 10/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA) Às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Turismo e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, IIProposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD) Inteiro teor	
<b>246</b>	PLP 00171/2015 CD	Dep. Geraldo Resende - PMDB/MS	Altera o § 16 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o parcelamento das dívidas tributárias das pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL em até 180 (cento e oitenta) meses.		Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação ( CFT) Designado Relator, Dep. Enio Verri (PT-PR)	Câmara dos Deputados
<b>247</b>	PLP	Dep. Odelmo	Dispõe sobre a cooperação		Data: 12/12/2016 Casa: Câmara dos	Câmara dos



	00014/2015 CD	Leão - PP/MG	entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos, altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá outras providências.		Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Publicado no DCD de 13/12/2016, Letra A.	Deputados
248	PLP 00327/2016 CD	Dep. Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de modificar as faixas de receita brutas de empresas optantes do Simples Nacional e dá outras providências.		Data: 01/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço ( CDEICS) Designado Relator, Dep. João Arruda (PMDB-PR)	Câmara dos Deputados